



# Câmara Municipal de Votuporanga

*PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

## PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

**PARECER JURÍDICO Nº: 16**

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Votuporanga

**REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 10/2025**

**ASSUNTO:** Regulamenta a circulação de veículos com tração animal no perímetro urbano do município de Votuporanga, estabelece medidas de proteção aos animais e dá outras providências.

**PROJETO DE LEI Nº 10/2025- REGULAMENTA A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS COM TRAÇÃO ANIMAL NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, ESTABELECE MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INCONSTITUCIONALIDADE, POR SE IMISCUIR EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. VIOLAÇÃO A SEPARAÇÃO DOS PODERES.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:

### I- DO RELATÓRIO



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei nº 10/2025, de autoria do vereador Chandelly Protetor, que ***“Regulamenta a circulação de veículos com tração animal no perímetro urbano do município de Votuporanga, estabelece medidas de proteção aos animais e dá outras providências”***.

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Lei nº 10/2025, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

### II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, vale mencionar, que os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber, encontrando amparo no artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal e no artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, vejamos:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso)*

*“Art. 8º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local”;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso).*

Acontece que, há matérias que são de competências privativas do Poder Executivo, conforme previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do Município de Votuporanga:

*“Art. 38. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município, ressalvadas as hipóteses de iniciativa privada.*

**Parágrafo único. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:**

*I - plano plurianual;*

*II - diretrizes orçamentárias;*

*III - lei orçamentária;*

*IV - regime jurídico dos servidores municipais;*

*V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na administração direta, indireta e fundacional, bem como a fixação da respectiva*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto no inciso XIII do art. 20; e*  
**VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público”. (grifo nosso).**

Nesse sentido, também dispõe o Regimento interno do Município de Votuporanga:

**“Art. 144. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:**

- I - plano plurianual;*
- II - diretrizes orçamentárias;*
- III - lei orçamentária;*
- IV - regime jurídico dos servidores públicos;*
- V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na Administração Direta, Indireta e Fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto na Lei Orgânica do Município.*
- VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos na Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional”. (grifo nosso).**

De outro lado, a decisão do STF em repercussão geral definiu o tema 917 para reafirmar que:

**“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal).**” Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte”. (grifo nosso).

Nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, é da competência privativa da União legislar sobre trânsito. O parágrafo único do artigo indicado, porém, estabelece que lei complementar poderá autorizar os Estados-membros a legislar sobre questões específicas das matérias ali enumeradas. Cumpre observar, de passagem, que a norma do art. 23, XII, da CF ("estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito"), da competência comum das unidades federadas, não tem aplicação ao caso concreto.

Acerca das atribuições municipais em matéria de trânsito, Diomar Ackel Filho preleciona (em "Município e Prática Municipal à Luz da Constituição Federal de 1988", RT, 1992, pág. 62):

*“Ressalte-se, contudo, que a competência para editar normas gerais sobre trânsito (direito de trânsito), tais como aquelas compreendidas no Código Nacional de Trânsito ou nas resoluções do CONTRAN, a serem cumpridas por todos, pertence privativamente à União (art. 22, XI, da CF).*

*O que se permite ao Município, repita-se, é a regulamentação da fluência do trânsito em suas vias e não o direito de trânsito propriamente dito (o que é obrigatório ao condutor, a natureza das multas, o que é proibido, as espécies de vias etc.).”*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

É importante sublinhar, contudo, que o interesse local do município afasta o regramento dos demais entes federados. Veja-se o entendimento de Michel Temer, em "Elementos de Direito Constitucional", RT, 1989, pág. 105:

*"Doutrina e jurisprudência, ao tempo da Constituição anterior, se pacificaram no dizerem que é de peculiar interesse aquele em que predomina o do Município no confronto com os interesses do Estado e da União. 'Peculiar interesse' significa 'interesse predominante'. 'Interesse local' é expressão idêntica a 'peculiar interesse'.*

*Exemplificando: é da competência da União legislar sobre tráfego e trânsito nas vias terrestres (art. 22, XI). Entretanto, não se põe em dúvida a competência do Município para dispor sobre tais matérias nas vias municipais. Estacionamento, locais de parada, sinalização, mão e contramão de direção corporificam matérias de peculiar interesse municipal. Afastam a legislação estadual e federal.*

*A identificação desse âmbito material referente ao 'interesse local' é de fundamental importância, pois é a partir dessa descoberta que define a competência legiferante sobre a matéria".*

Face ao previsto no art. 22, XI e parágrafo único, da CF, assim, os municípios estariam praticamente aliados do círculo de entes legitimados a tratar de questões de trânsito a nível **legal**.

Apesar disso, o Código de Trânsito Brasileiro, em alguns dispositivos, fixou atribuições aos Municípios, relativamente à matéria.

Dito isso, cumpre advertir que o art. 24 da Lei Federal nº 9.503/97, distante de conferir competência legislativa aos municípios, dirige-se "aos órgãos e entidades executivos de trânsito" locais. Ou seja, fixa, tão-somente, atribuições administrativas.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Sem embargo, outros dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro realmente conferem competência normativa aos municípios: registro e licenciamento dos veículos de propulsão humana, dos ciclomotores e dos veículos de tração animal (art. 129) e autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal (art. 141, § 1º).

Das normas apontadas, parece evidente competir aos Municípios a edição de leis regrado o licenciamento e o registro, o que, sem dúvida, abarcaria a definição de itens de identificação dos veículos, de inspeção veicular, de órgãos executivos locais, entre outros. Quanto à autorização para conduzir, a legislação poderá prever testes, fixar modelo de licença, etc.

Relativamente aos equipamentos obrigatórios de bicicletas e veículos de tração animal, resoluções do CONTRAN já regreram a matéria (Resoluções nº 02/98 e nº46/98). Portanto, em princípio, **não caberia aos municípios exigir a colocação de outros equipamentos em tais veículos.**

Não obstante isso, não haveria razão alguma para conferir aos municípios atribuição para regulamentar o registro, o licenciamento e a autorização para conduzir veículos de tração animal, se não se pudessem exigir, em nível municipal, certas características a esses carros, de modo a adequá-los às condições de trânsito locais. Exigência de número máximo de rodas e de pneus, por exemplo, tem a ver diretamente com a fluência do tráfego e com a proteção do revestimento viário.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Aliás, nesse sentido, não há como deixar de concordar com Arnaldo Rizzardo acerca da ampliação das atribuições municipais em matéria de trânsito propiciada pelo novo CTB (em "Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro", RT, 1998, págs. 129-130). Especificamente sobre o tema em debate, o autor observa (op. cit., págs. 384 e 414):

*"(...) Aduz-se que ao Município se atribuiu competência não para permitir ou impedir a circulação dos veículos de propulsão humana, de tração animal e de ciclomotores. Incumbe ao mesmo regulamentar a circulação, e inclusive quanto ao registro de tais veículos e à licença para os mesmos trafegarem.*

*(...) A circulação não pode ser proibida, mas disciplinada, com a imposição de normas sobre o tráfego, indicando as vias ou zonas permitidas, os horários e outras regras. Permite-se, outrossim, para a autorização, impor um procedimento, com a realização de testes e a vistoria dos veículos e animais.*

*A fiscalização competirá aos funcionários municipais, aplicando as penalidades previstas em leis municipais. Nada impede que se forneça uma licença especial, renovável a cada ano, que será afixada no veículo".*

É de subscrever-se, em linhas gerais, a lição transcrita, com exceção da possibilidade de o município fixar infrações e sanções, pois isso já restou regulado pelo Código de Trânsito Brasileiro. A infração prevista no art. 230, V, do CTB ("conduzir o veículo que não esteja registrado e devidamente licenciado"), por exemplo, pode ter aplicação aos veículos de tração animal. A Resolução nº 13/98 definiu a autorização como documento de porte obrigatório pelo condutor do veículo. Assim, a infração definida no art. 232 do CTB ("conduzir o veículo sem os documentos de porte obrigatório referidos neste Código") também poderá vir a ser cometida por condutores de charretes e carroças, pois nada impede que o CONTRAN normatize esse assunto (art. 161). É impertinente ao deslinde do presente feito a







# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

discussão acerca da possibilidade jurídica de, por resolução, criarem-se ou ampliarem-se infrações administrativas (ver Arnaldo Rizzardo, op. cit., págs. 465/466).

O Projeto de Lei nº 10/2025, **padece de vício de origem**. Isso porque a Câmara de Vereadores dispôs de matéria cuja iniciativa de lei cabe privativamente ao Prefeito Municipal. Assim, ao disciplinar que **“serão realizados pelos órgãos competentes de trânsito (art. 3º, §1º), o limite de peso a ser transportado deverá ser fiscalizado pelos órgãos competentes, com apoio técnico veterinário, sempre que necessário (art. 4, §2º), o município poderá promover ações de conscientização e educação direcionadas aos responsáveis pela utilização de veículos de tração animal(art. 6º), as ações previstas neste artigo serão aplicadas pelos órgãos de fiscalização e proteção animal do município (art. 7º,§2º), o Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, incluindo a organização dos procedimentos administrativos necessários para a fiscalização e para a distribuição de microchips(art.8º),”**está a dispor, de forma inconstitucional, a respeito de matéria de competência privativa do Chefe do Executivo. Dessa forma, ao impor deveres a órgãos da administração pública municipal, interferindo na estrutura e na organização da Administração.

**Todavia, em razão da existência de vício de natureza formal, merece ser declarada a inconstitucionalidade de todo o texto legal impugnado.**

Nesse sentido, vale lembrar a lição de Hely Lopes Meirelles (“Direito Municipal Brasileiro.” 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 732-3):



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*“Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da administração pública municipal; a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, fixação ou aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suplementares e especiais”.*

**À evidência, a norma ora atacada, cabalmente, positiva atividade inconstitucional de parte do Poder Legislativo do Município de Votuporanga, configurando intromissão indevida por parte da Câmara de Vereadores. Desse modo, resulta flagrante ingerência inconstitucional do Poder Legislativo Municipal, no que diz respeito à estruturação e as atribuições dos órgãos da administração pública municipal, como já observado acima.**

Desse modo, o Projeto de Lei nº 10/2025, é inconstitucional, por tratar de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

**De outro lado, no que tange a utilização de microchips de identificação nos animais (art. 2º, do Projeto de Lei nº 10/2025), o Órgão Especial do Tribunal de Justiça já entendeu que essa regulamentação pelo Poder Legislativo é inconstitucional, tendo em vista que usurpa a competência privativa do Poder Executivo, violando a separação dos poderes, além da não indicação da fonte de custeio, vejamos:**

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 6.276, de 25 de maio de 2022, do Município de Catanduva, de iniciativa parlamentar e com integral veto do Prefeito, **que dispõe sobre a***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*identificação eletrônica de animais domésticos, e de criação, por meio de microchip biocompatível, para inclusão em banco de dados a ser monitorado pelo Centro de Zoonoses e/ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Alegação de usurpação da competência privativa do Poder Executivo, violando a separação os poderes, além da não indicação da fonte de custeio - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR Atribuição do Chefe do Poder Executivo para a implementação do programa de identificação dos animais, estabelecendo as ações dos órgãos sob sua gestão, inclusive para a fiscalização Circunstância em que apesar da possibilidade do Poder Legislativo iniciar leis que tratem da proteção da fauna e do meio ambiente, a lei objurgada não se limita afixar premissas gerais ou dar caráter autorizativo, descendo em minúcias os parâmetros para a identificação dos animais, tipo de chip e atuação de órgãos do Poder Executivo, praticamente esgotando a necessidade de sua regulamentação - Afronta aos artigos 5º; 47, incisos II, XIV e XIX, alínea 'a'; e 144 da Constituição Estadual ICUSTEIO Não indicação da fonte do custeio do programa durante a tramitação legislativa que não caracteriza inconstitucionalidade da norma, mas sua inexecutabilidade até a respectiva previsão orçamentária Ação julgada procedente. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº2140424-92.2022.8.26.0000 Autor: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA Réu: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVA.”(grifo nosso).*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Além disso, há inconstitucionalidade nos artigos 2º, 3º, §2º do art. 4º, art. 6º e art.8º, do Projeto de Lei nº 10/2025.

De outro lado, a Lei nº 1595, de 10 de fevereiro de 1977 (Código de Posturas do Município de Votuporanga, já disciplina sobre o veículo de tração animal nos artigos 310, inciso II e artigo 327.

Sobre a matéria prevista no presente Projeto de lei, houve decisões no Tribunal de Justiça de São Paulo, **que versavam não sobre a regulamentação, mas pela proibição do tráfego de veículos de tração animal, em que foi decidido que há inconstitucionalidade**, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo:

**“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar 405, de 22 de fevereiro de 2017, que altera a Lei Complementar nº 7, de 17 de maio de 1991, para proibir o tráfego de veículos de tração animal na zona urbana e nas áreas de expansão urbana. Inconstitucionalidade, por se imiscuir em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo. Descabimento. Vício de iniciativa. Desrespeito aos artigos 5º, caput, 24, §2º, 1 e 4, 47, incisos II, XI e XIX, alínea 'a' e 144 da Constituição do Estado. Ação procedente.”** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: 2207613-63.2017.8.26.0000 AUTOR: PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO RÉUS: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E OUTRO”. (grifo nosso).

**“DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 9.884, de 05 de setembro de 2016, do Município de Santo André, de iniciativa parlamentar, que**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

dispôs sobre a proibição de circulação, nas vias públicas asfaltadas, de veículos de tração animal com carga e de montaria. Vício de iniciativa. Matéria de competência única do Poder Executivo Municipal. Cometimento, ademais, de indevidos comandos de execução. Sobrevivência de parte da lei por não colidir com as cláusulas constitucionais estaduais. Impossibilidade. Perda da essência. Ausência de destinação de verba orçamentária. Eiva de conteúdo, haja vista a criação de despesas. Reconhecimento mesmo sem pedido expresso, em face da natureza da ação em pauta. Afronta aos artigos 5º, 25, 47, II e XIV, e 144 da Constituição do Estado. Jurisprudência deste Colegiado. AÇÃO PROCEDENTE. DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2009245-11.2017.8.26.0000COMARCA:São Paulo Autor: Prefeito do Município de Santo André Réu: Presidente da Câmara Municipal de Santo André.” (grifo nosso).

**“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Mauá. Lei Municipal nº 5.402, de 12 de novembro de 2018, de iniciativa parlamentar, proibindo a utilização de veículo de tração animal para transporte de qualquer carga no âmbito do município. Competência privativa da União. Norma cuida de assunto de interesse local não interferindo em matéria de competência privativa da União. Vício de iniciativa. Inocorrência. Iniciativa legislativa comum. Recente orientação do Eg. Supremo Tribunal Federal. Organização administrativa. Cabe ao Executivo a gestão administrativa. Desrespeito ao princípio constitucional da 'reserva de administração' e separação dos poderes. Afronta a preceitos constitucionais (arts. 5º; 47, inciso XIV e 144 da Constituição Estadual). Inconstitucionalidade, nesse ponto, reconhecida. Fonte de custeio. Ausência de indicação ou indicação genérica não torna a norma inconstitucional, podendo resultar apenas em**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*sua inexequibilidade para o mesmo exercício. Precedentes do C. Órgão Especial, bem como do Pretório Excelso. Ação procedente. ADIn nº 2.097.469-51.2019.8.26.0000 – São Paulo Voto nº 36.681 Autora: PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ Réu: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ” (grifo nosso).*

**“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Araraquara. Lei Complementar nº 877, de 09 de novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo, que proíbe o emprego de animais na condução de cargas em vias asfaltadas ou calçadas. Alegação de ofensa ao princípio da razoabilidade. Rejeição. Ofensa à disposição do artigo 111 da Constituição Estadual que deve ser reconhecida apenas quando a disciplina legislativa não atende padrões mínimos de razoabilidade, ou seja, quando o ato estatal decorre de evidente abuso ou desvio de poder. Hipótese não verificada nos autos. Norma impugnada, no caso, que foi editada no âmbito da competência municipal para ordenar o trânsito urbano e para tratar de assunto de interesse preponderantemente local. Ação julgada improcedente. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2102506-30.2017.8.26.0000 Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo Requeridos: Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Araraquara” (grifo nosso).**

**“AÇÃO AMBIENTAL. Guarulhos. LM nº 7.839/2020. Art. 60. Vedação ao uso de animais para condução de veículos no Município de Guarulhos, bem como a circulação de veículos de tração animal, montados ou não, em vias e logradouros públicos da área urbana. Proteção ao bem-estar animal. CF, art. 23, VI e VII e art. 225, § 1º, VII. 1. Lei Municipal. Inconstitucionalidade. O art. 60 da LM nº 7.839/20 de Guarulhos possui**





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

dupla finalidade; a primeira, de proteção ao bem-estar animal, nos exatos termos propostos pelo art. 1º; consequentemente, é norma que cuida da proteção ao meio ambiente e de preservação da fauna doméstica, buscando vedar qualquer prática de submissão de animais à crueldade (CF, art. 23, VI e VII e art. 225, § 1º, VII), não havendo dúvida também quanto ao interesse local sobre a matéria (CF, art. 30, II). **A segunda é organizar o tráfego e o transporte urbano, conforme reconhecido pela sentença, observada a segurança necessária no trânsito entre automóveis e veículos de tração animal. A organização, a partir da restrição ao uso deste meio de transporte, não configura usurpação de competência privativa da União nos termos do art. 22, XI da CF. A norma não padece de vício de inconstitucionalidade, em conformidade com a jurisprudência do Órgão Especial. 2. Veículos de tração animal. Vedação. A evolução da proteção legislativa conferida ao meio ambiente e ao bem estar animal impõe ao Poder Público e à sociedade a censura das práticas que, dentro do princípio da razoabilidade e a partir do sopesamento de valores, princípios e direitos, acabam por configurar maus-tratos àqueles que gozam de especial proteção jurídica. A proibição não viola o direito de locomoção (CF, art. 5º, XV); é restrita à área urbana, concluindo-se que sobrevive o uso dos veículos de tração animal nas áreas rurais; e o § 3º do art. 60 da LM nº 7.839/2020 prevê que cavalgadas, passeios e demais atividades de integração ou lazer com animais de médio e grande porte poderão ser realizadas, com prévia autorização do Poder Executivo. Improcedência. Recurso desprovido.** Apelação nº 1019658-68.2021 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente Apte: Associação dos Cavaleiros de Guarulhos, Edmilson Souza Santos Apdo: Município de Guarulhos. (grifo nosso).





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Diante disso, na Adin nº 2207613-63.2017.8.26.0000, o Tribunal de Justiça entendeu que: **“a lei vem de iniciativa parlamentar, mas, com a devida vênia, simples lanço indica vício na iniciativa, pois a matéria é de exclusiva competência do Chefe do Executivo, como antes referi por ocasião da decisão em deferir a medida liminar (págs. 119/121), situação afrontosa a preceitos da Constituição Estadual, a revelar descabida ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo, que desagua em ser inconstitucional a Lei Complementar 405, de 22 de fevereiro de 2017, do Município de Taubaté. Conclui-se, desde logo, por indevida ingerência do Legislativo em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, também com disposições impositivas ao Poder Executivo”.**

Conforme decidido no processo mencionado acima, a situação sob análise, fere os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual, mostrando-se evidente o chamado vício de iniciativa, por não ser possível dispor, por lei de iniciativa parlamentar, sobre referidas matérias, sob risco, aqui concreto, de se romper o princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

Sobre ser imperioso observar fielmente os princípios constitucionais da Administração Pública, noto precisa ensinança de CELSO ANTÔNIOBANDEIRA DE MELLO, que, ao analisar a adstrição da Administração Pública ao princípio da legalidade, aponta dele descenderem os princípios da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade:

***“Encarta-se no princípio da legalidade o princípio da finalidade. Não se compreende uma lei, não se entende uma norma, sem entender qual o seu objetivo. Onde, também não se aplica uma lei corretamente se o***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*ato de aplicação carecer de sintonia com o escopo por ela visado. Implementar uma regra de Direito não é homenagear exteriormente sua dicção, mas dar satisfação a seus propósitos. Logo, só se cumpre a legalidade quando se atende à sua finalidade. Atividade administrativa desconstruída com o fim legal é inválida e por isso judicialmente censurável. Victor Nunes Leal, sempre seguro e oportuno, comenta: 'Se a Administração não atende ao fim legal, a que está obrigada, entende-se que abusou de seu poder (...)' [...] Inclui-se na hipótese, por conseguinte, o caso de desvio de poder, que não é senão um subprincípio decorrente do princípio da legalidade. [...] Descende também do princípio da legalidade o princípio da razoabilidade. [...] Não se poderia supor que a lei encampa, avaliza previamente, condutas insensatas, nem caberia admitir que a finalidade legal se cumpre quando a Administração adota medida discrepante do razoável. Para sufragar este entendimento ter-se-ia que atribuir estultice à própria lei na qual se haja apoiado a conduta administrativa, o que se incompatibilizaria com princípios da boa hermenêutica. [...] Procede, ainda, do princípio da legalidade o princípio da proporcionalidade do ato à situação que demandou sua expedição. Deveras, a lei outorga competências em vista de certo fim. Toda demasia, todo excesso desnecessário ao seu atendimento, configura uma superação do escopo normativo. Assim, a providência administrativa mais extensa ou mais intensa do que o requerido para atingir o interesse público insculpido na regra aplicada é inválida, por consistir em um transbordamento da finalidade legal.(sem grifos no original)". (grifo nosso).*

Diante disso, o presente projeto de Lei nº 10/2025 é inconstitucional.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

### III- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, o Projeto de lei nº 10/2025 é inconstitucional, sendo assim, essa Procuradoria recomenda a Presidência da Câmara, a rejeição do Projeto de lei, nos termos do artigo 37, §3º, do Regimento Interno.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 05 de fevereiro de 2025.

**ROSELAINE CORREIA**  
**Procuradora Legislativa**  
**OAB/SP 368.365**

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.  
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 05/02/2025 08:57:24 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROTM-35313P-6U1S0P-8K1R8H | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.